

APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO REGIONAL*

*Pedro Fernando Cunha de Almeida**
Rubens Soares de Lima****

Apresentação

Um dos grandes méritos do trabalho **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**, tomo I, é o de, a partir da crítica de teses bastante difundidas sobre a economia rio-grandense, propor um novo marco teórico para a sua interpretação. Evidentemente, como seus próprios autores não desconhecem, uma proposta desse tipo sempre encontra resistências à aceitação. Algumas vezes isso ocorre por simples crenças e interesses de segmentos sociais arraigados a um tempo que já passou. Essa postura não deve ser objeto de tipo algum de preocupação, pois o próprio temor “ao novo” a levará a um isolamento sem expressão. Existe, entretanto, um outro tipo de resistência oriunda da convicção de que algumas idéias e conceitos ainda permanecem válidos para a explicação de determinada realidade. A consistência dessa atitude passa, evidentemente, pela necessidade de expor o que se pensa para que, através da crítica, se reformule ou se aprofunde o conhecimento já adquirido.

É a partir da última perspectiva que devem ser entendidos os comentários aqui apresentados. Os mesmos tiveram sua origem num seminário onde se procurou examinar a pertinência das propostas de abordagem da indústria gaúcha contidas no trabalho em foco.

Dessa discussão surgiu a oportunidade de elaborar-se um texto onde fossem registrados os pontos de divergência com a interpretação ali adotada. Este nos parece ser o único caminho para que se corrijam os possíveis equívocos e se aproximem as diferenças de interpretação. Como resultaram desse esforço dois textos que se situam em planos de abstração distintos, optou-se por abdicar da intenção inicial

*A primeira parte deste comentário, **Um breve paralelo com a análise dos 25 anos de economia gaúcha** foi redigida por Pedro Fernando Cunha de Almeida; a segunda **O problema da subordinação: notas para o debate**, por Rubens Soares de Lima.

**Economista da FEE.

***Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

de um único documento, mais amplo, para não prejudicar a idéia geral que norteou cada um deles.

A forma, por vezes incisiva, com que são polemizados alguns aspectos do referido trabalho não significa, obviamente, desconhecer seus méritos. Ao contrário, significa chancelar validade e reconhecimento aos interlocutores. Afinal, o avanço do conhecimento sempre se deveu muito mais à rebeldia crítica do que à concordância obediente.

Um Breve Paralelo com a Análise dos “25 Anos de Economia Gaúcha”

Até as primeiras décadas deste século, a economia brasileira não era mais do que um conjunto desarticulado de economias regionais com dinâmicas específicas de reprodução e expansão. No entanto, a partir dos anos 30, e principalmente da década de 50, o próprio desenvolvimento do capital, especialmente daquele localizado na região de São Paulo, levou à integração dessas economias regionais em um todo, compondo de fato uma economia nacional. Essa integração, sem dúvida, trouxe importantes conseqüências para cada uma das partes do, desde então, unificado sistema produtivo nacional. No caso do Rio Grande do Sul, verificou-se uma profunda alteração de sua estrutura de produção, expressa tanto no aumento da participação da produção de bens intermediários na indústria de transformação como numa crescente proporção do produto agrícola destinado às exportações. Parece não haver divergências sobre essa tendência e de a mesma estar relacionada com a integração da economia nacional. O mesmo não acontece, no entanto, no que respeita à interpretação do modo pelo qual essa integração levou à modificação da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul. Numa interpretação, expressa no trabalho **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul da série — 25 anos de economia gaúcha**, apresenta-se o conceito de subordinação como elemento explicativo da distribuição das atividades econômicas no espaço; noutra, formulada em **A produção gaúcha na economia nacional**, procura-se ressaltar, para os mesmos fins, os efeitos das vantagens competitivas dos diferentes capitais.

Esta última versão, pressupondo a existência de um preço homogêneo para o produto de cada “ramo” específico, destaca o fato de que nele dispõem de maiores potenciais de acumulação aquelas empresas que trabalham com custos mais reduzidos. Mais especificamente, o trabalho propõe que o potencial de acumulação seja uma função da produtividade física, da relação capital/produto e dos salários médios. Assim, os capitais que dispõem de menores custos de produção¹, beneficiando-

¹ Ao dizer que os capitais mais eficientes de cada ramo canalizam para si parcela do valor produzido por seus concorrentes, o trabalho pressupõe haver a perequação da taxa de lucro no interior do ramo em questão. Embora não se pretenda aqui discutir esse assunto, vale

-se dos preços homogêneos, canalizam “para si parcela do valor produzido nos seus concorrentes menos eficientes, para os quais o preço não é tão remunerador.”² Partindo da hipótese de que em cada gênero as empresas mais eficientes não estão igualmente dispersas em todo o território nacional, pelo contrário, de que se concentram em determinadas regiões, expressando condições específicas de desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho conclui que, “na interação concorrencial, aquelas regiões cujos capitais são tecnicamente mais atrasados transferem aos capitais localizados no centro hegemônico parcela do excedente nelas gerado, vêem suas taxas de lucro reduzidas e são progressivamente esvaziadas até, no limite, verem-se obrigadas a entregar e/ou ‘sucatear’ seu capital.”³ Daí decorre que, em cada

lembrar que tal perequação só pode ocorrer entre os diversos ramos de produção. Isto porque, embora diferentes métodos produtivos levem a diversos níveis de custos unitários de produção, só um desses níveis é chancelado pela sociedade e este nível corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário. Isto significa que a diferenciação das diversas estruturas de custos no interior de um mesmo ramo não leva ao reconhecimento social de diversos valores. Portanto mesmo que se produza com diferentes custos de produção, não se produzem diferentes valores. Aliás, esse parece ser o pensamento de Marx ao redigir o seguinte parágrafo: “Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho que se investe na sua produção, quanto mais preguiçoso ou inábil seja um operário, mais valiosa será a mercadoria por ele produzida, pois que o tempo de trabalho necessário para produzi-la será proporcionalmente maior. Mas aquele que assim pensa incorre num lamentável erro. Lembrai-vos que eu empregava a expressão “trabalho social” e nesta denominação de “social” cabem muitas coisas. Ao dizer que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporado ou cristalizado nela, queremos referir-nos à quantidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria num dado estado social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma dada intensidade social média e com uma destreza média no trabalho que se emprega. Quando, na Inglaterra, o tear a vapor começou a competir com o tear manual, para converter uma determinada quantidade de fio numa jarda de tecido de algodão, ou pano, bastava a metade da duração de trabalho que anteriormente se invertia. Agora, o pobre tecelão manual tinha que trabalhar 17 ou 18 horas diárias, em vez das 9 ou 10 de antes. Não obstante, o produto de suas 20 horas de trabalho só representava 10 horas de trabalho social; isto é, as 10 horas de trabalho socialmente necessárias para converter uma determinada quantidade de fio em artigos têxteis. Portanto, seu produto de 20 horas não tinha mais valor do que aquele que antes elaborava em 10.” (MARX, Karl. **Salários, preço e lucro**. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.76-7. (Coleção Os Pensadores). Assim, independentemente das diferenças existentes de custo de produção, todos os produtores de um mesmo ramo produzem um mesmo valor e o vendem a um mesmo preço, não havendo por que pensar em transferência de valor. Essa observação não impede obviamente que, no interior de um ramo, haja diferentes níveis de potencial de acumulação, mas estes correspondem, admitida a hipótese de preços homogêneos, a “lucros extraordinários” oriundos da incompleta difusão da técnica de produção mais eficiente.

² FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. t.I, p.25.

³ *Ibidem*, p. 25.

gênero, a produção se desenvolverá mais naquelas regiões cujos capitais dispõem das melhores condições de concorrência. Dessa forma, cada região tenderia a constituir sua produção, principalmente daqueles gêneros para os quais seus capitais e suas condições gerais de infra-estrutura e de recursos naturais se adaptassem vantajosamente com relação às demais regiões. Assim, a eficiência produtiva aparece como elemento principal da organização do espaço.

Por outro lado, a **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul** levanta a hipótese de que determinadas indústrias sejam capazes de impor sua **liderança** às demais. Essa liderança se apóia na “posição privilegiada” que tais indústrias ocupam nas relações intersetoriais, considerando-se dado o padrão de acumulação o qual é, por sua vez, historicamente determinado. Seu significado é, em parte, dado pela preponderância dos ramos líderes na determinação do conjunto diferenciado das taxas de expansão de seus próprios mercados e dos ramos liderados. Assim, estabelece-se uma relação de subordinação que concretamente se expressa através de **escalonamento**⁴ do referido conjunto de taxas, o que tem por resultados, de um lado, escalonar o crescimento da produção dos diferentes ramos e, de outro, moldar a estrutura produtiva nacional. Cada conjunto regional de unidades produtivas responderá ao escalonamento segundo as potencialidades específicas dos capitais nela contidos e das economias externas ali oferecidas.

Nada há nessa concepção que permita supor que a mesma desconsidere a concorrência intercapitalista, sua importância e seus efeitos sobre a organização do espaço. Certamente os autores do trabalho em questão não negam a importância das especificidades dos capitais localizados numa região como elementos explicativos do nível de desenvolvimento da produção de um determinado ramo nessa região; não o fazem justamente por compreenderem a capacidade impositiva da concorrência intercapitalista. Mas o trabalho não se resume a isso, abrindo espaço para uma explicação adicional. Dado o escalonamento das taxas de expansão dos mercados, aquelas regiões cujas estruturas de produção comportarem maiores proporções de ramos que produzem para mercados que se expandem mais rapidamente tenderão a crescer com maior velocidade. Ao contrário, aquelas regiões que contiverem elevadas proporções de ramos cujos mercados crescem a taxas relativamente pequenas terão um desempenho menos favorável.

Deve-se, contudo, ter presente que as referidas proporções não são, no decorrer do tempo, necessariamente fixas. Podem ocorrer situações em que a persistência de diferenciais muito grandes nas taxas de expansão dos mercados viabilize e, até mesmo, force a alteração da estrutura produtiva de uma região. Pelo que foi dito anteriormente, o crescimento da produção de cada ramo fica condicionado à

⁴ Tal escalonamento não implica, em primeiro lugar, que os mercados dos ramos líderes se expandam obrigatoriamente a taxas superiores às dos ramos liderados e, em segundo, rigidez no que se refere à posição de cada uma das referidas taxas nas diferentes fases do ciclo econômico.

expansão do seu mercado. Portanto elevados diferenciais de taxas de crescimento dos mercados podem atuar no sentido de moldar a estrutura produtiva de uma região na medida em que viabilizem taxas diferenciadas de crescimento da produção. Além disso, inegavelmente, o grau de competitividade dos capitais nela instalados pode atuar no sentido de aumentar a dimensão das alterações na estrutura produtiva. Uma reduzida taxa de expansão do mercado pode resultar em uma ainda menor taxa de expansão da produção local, desde que os capitais do ramo contido naquele espaço se caracterizem por serem, predominantemente, os mais débeis. Por outro lado, uma elevada taxa de expansão de um mercado pode induzir, em uma dada região, a um crescimento ainda maior de sua produção, desde que os capitais ali contidos compitam, em geral, vantajosamente com os das demais regiões. Em suma, o crescimento diferenciado dos mercados, consideradas as especificidades regionais, pode levar a alterações na estrutura produtiva de uma região. Quando esse processo de alteração da estrutura produtiva atinge uma significativa dimensão, a ponto de tornar de grande importância a participação relativa de um ramo específico, pode-se falar em **especialização regional**.

À luz dessas considerações e dos conhecimentos que fornece a história do capitalismo brasileiro, com suas especificidades regionais, é que se pode pensar a integração da economia gaúcha à nacional. As modificações ocorridas na economia brasileira, especialmente na segunda metade da década de 50, foram de suma importância para a questão da organização do espaço nacional. Naquele período, consolidaram-se e/ou implantaram-se importantes ramos da produção industrial. Os correspondentes investimentos, de elevado nível de sofisticação tecnológica se comparado com o da indústria preexistente, foram realizados por capitais que objetivavam o atendimento de todo o mercado nacional. Desse processo participaram capitais estrangeiros, capitais nacionais e o Estado. Os primeiros, impelidos pela concorrência capitalista a nível internacional, tinham em mira implantar-se em um mercado, cujo crescimento se lhes afigurava promissor. Já os capitais nacionais foram induzidos a participar ativamente desse processo, seja pelo crescimento dos mercados anteriormente existentes, seja pelo surgimento das múltiplas oportunidades de inversão ocorridas na época. Além disso, viram-se forçados a reagir diante do vigoroso processo de modernização por que passou ou passa a economia brasileira. A participação do Estado, por sua vez, deu-se em três níveis: em primeiro lugar, na adequação das condições de infra-estrutura às novas necessidades; em segundo, na produção dos insumos necessários ao desenvolvimento industrial; e, finalmente, desempenhando a importante função de “locus” do processo de negociações definidor do bloco de investimentos a ser efetuado. Ao executar essa função, o Estado, na qualidade de elemento relativamente autônomo, participou da arbitragem de questões referentes à definição dos capitais e ramos a serem beneficiados, bem como da definição dos ramos, setores e regiões em que iria realizar suas inversões diretas. Além disso, durante a década de 60, implementou importantes reformas nas áreas tributária, financeira e salarial que colaboraram significativamente com a retomada do crescimento econômico.

Cabe chamar a atenção para duas características das transformações ocorri-

das naquele período. A primeira é a de que se conclui definitivamente a integração do mercado nacional tanto pelas novas condições de comunicação e transporte como pela dimensão dos capitais instalados. A segunda se refere ao fato de que a implantação dos grandes e modernos capitais (quer nacionais, quer estrangeiros) se deu, principalmente, nos ramos ligados à produção de bens duráveis de consumo e de bens de capital. Esses capitais, que se instalaram preferencialmente em São Paulo por vantagens locacionais óbvias, consolidam-se como hegemônicos na economia brasileira, estabelecendo a forma do padrão de desenvolvimento subsequente.

Em decorrência das referidas transformações, a economia brasileira elevou substancialmente sua velocidade de absorção de processos de produção mais sofisticados tecnologicamente. A consequência foi, de um lado, o crescimento mais que proporcional das necessidades de máquinas e equipamentos e, de outro, um crescimento do emprego abaixo do nível da expansão da produção industrial. Coloca-se aí, em parte, a razão das elevadas taxas de expansão do mercado nacional de bens de consumo intermediários, especialmente aqueles ligados ao ramo metal-mecânico. Além disso, essas taxas se viram ainda acrescidas pelo fato de que o padrão de acumulação nacional contempla, como um de seus pilares, a expansão da indústria de bens de consumo duráveis, insumidora direta de bens intermediários produzidos no ramo metal-mecânico. Assim, já na primeira fase de expansão após as referidas transformações, nada mais natural do que ter ocorrido um forte estímulo à produção daquele ramo. Com efeito, a produção de bens intermediários no Brasil cresceu a taxas anuais de 10,8, 13,7 e 13,2% nos períodos de 1965-67, 1967-70 e 1970-73 respectivamente, enquanto que a indústria de transformação, nos mesmos períodos, crescia a 6,8, 12,6 e 14,0%. Por outro lado, a menor expansão do emprego relativamente à produção tem como consequência fazer com que o mercado para bens não duráveis de consumo cresça mais lentamente que os demais mercados. A essa circunstância deve-se adicionar a da política de redução e, posteriormente, contenção salarial praticada a partir dos meados da década de 60. Em consequência, o crescimento da produção de bens não-duráveis de consumo situou-se em um patamar bastante inferior, apresentando, nos mesmos períodos, taxas anuais de expansão de 3,6, 9,7 e 9,1%. Dessa forma, dado o padrão de crescimento da economia brasileira em sua última expansão cíclica, podem-se justificar amplamente os crescimentos diferenciados da indústria de bens intermediários e de não-duráveis de consumo.⁵

O processo de **modernização** da economia brasileira e a **interação todo/parte** entre as economias nacional e gaúcha tiveram consequências importantes também para esta última. Em fins da década de 50, as produções de bens intermediários e

⁵ WERNECK, D. Desempenho industrial – auge e desaceleração nos anos 70. In: SUZIGAN, W, ed. Indústria: política, instituições e desenvolvimento apud TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e crise – o movimento recente da economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.

de bens não-duráveis de consumo no Rio Grande do Sul representavam respectivamente 28,97 e 64,38% do total da indústria de transformação no Estado. No decênio subsequente, a produção de bens intermediários no Rio Grande do Sul, em resposta aos estímulos emanados do centro hegemônico, cresceu à taxa anual de 8,65%; se considerado somente o período 1965-70 que, a grosso modo, se refere à fase de expansão econômica, essa taxa se eleva para 13,88%. Ao mesmo tempo, a produção de bens não-duráveis de consumo, nos mesmos períodos, expandiu-se a 4,54% e 2,73% ao ano, como resposta ao parco crescimento do seu mercado.⁶

A partir dos dados apresentados relativos ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, podem-se fazer duas observações. A primeira é que, tanto a nível nacional quanto regional, durante o último período de expansão, a produção de bens intermediários se situou em um patamar significativamente superior ao da produção de bens não-duráveis de consumo, o que se deve ao fato de as atividades econômicas no Rio Grande do Sul constituírem parte integrante da economia nacional e, por isso, ficarem sujeitas às mesmas determinações válidas para ela. A segunda é que, dados os diferenciais de patamar da expansão da produção entre os setores, no interior de cada setor ocorrem desvios em relação à média nacional que podem e devem ser explicados pelas especificidades regionais, como quer o trabalho **A produção gaúcha na economia nacional**. Mas não se deve perder de vista que tais desvios não podem ir além de um certo limite que é dado pela necessidade de os capitais manterem suas posições relativas perante os demais. Assim, a taxa de expansão de cada uma das indústrias a nível regional tende a situar-se no "ranking" estadual na mesma posição obtida nacionalmente pela sua congênere nacional. Assim, vê-se que os efeitos de liderança e subordinação se impõem como determinantes do dinamismo local na forma indicada em a **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**.

Mas a subordinação não se deu somente ao nível das taxas de expansão dos mercados e da produção de bens segundo suas categorias de uso. A persistência dos elevados diferenciais entre as taxas de expansão da produção atuou no sentido de alterar a própria estrutura produtiva do Estado: em 1970, as produções de bens intermediários e bens não-duráveis de consumo participavam, respectivamente, com 35,15 e 51,11% do total da indústria de transformação, proporções estas que em fins da década de 50 eram de 28,97 e 64,38%. As estimativas recentes são de que a produção dos primeiros ultrapassou a metade do produto da indústria de transformação. Isso significa que, em função da forma subordinada com que a economia do Rio Grande do Sul se relaciona com a nacional, nele houve um processo de especialização no sentido de privilegiar a produção de bens intermediários. Esse juízo, é claro, não impede que se diga que para tanto foi necessária a preexistência de um específico conjunto de condições locais. Abstraídas essas condições específicas

⁶ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1976. p.38 (25 Anos de Economia Gaúcha, 4).

preexistentes, não seria possível explicar, por exemplo, a diferença entre os comportamentos da economia gaúcha e da nordestina no período em estudo. Por outro lado, o fato de ter ocorrido no passado esse processo de especialização não significa que a estrutura produtiva local permaneça inalterada para todo o sempre. Pelo contrário, dada a persistência da relação de subordinação, é possível e até mesmo provável que significativas alterações de estrutura tenham ocorrido já na década de 70 e estejam ocorrendo durante os anos 80. A **direção** dessas alterações, é claro, só poderá ser indicada através do exame das condições específicas prevaletentes. Isto porque, em primeiro lugar, o padrão nacional de acumulação pode, alterando-se, privilegiar outros segmentos da produção; em segundo porque, ainda que admitida a hipótese de manutenção do padrão de acumulação vigente, é possível que outros ramos que não os de bens intermediários (por exemplo, bens de capital) se desenvolvessem mais rapidamente. Em outras palavras, é preciso ter em mente que o processo descrito se refere exclusivamente ao período que se estende até o início da década de 70, não sendo possível extrapolações sem as necessárias mediações.

Parece oportuno realçar que o fato de uma região se encontrar em posição subordinada não significa que suas taxas de expansão da produção sejam necessariamente inferiores àquelas que prevalecem na região onde se localiza o centro hegemônico da economia. A posição relativa das taxas de expansão da produção de uma região frente à das demais dependerá, em primeiro lugar, do já referido escalonamento de taxas de expansão dos diversos mercados nacionalmente considerados; em segundo, da estrutura produtiva de cada região; e, em terceiro, da eficiência produtiva das diversas indústrias naquelas regiões. Na verdade, é razoável pensar que no pólo mais desenvolvido de uma economia nacional, em geral, se encontrem as empresas mais eficientes de cada indústria e isso certamente é um ponto a favor daquela região. Mas nada impede que uma determinada região subordinada conte com significativas proporções de indústrias, cujos mercados a nível nacional se expandem mais rapidamente. Isso, é claro, conferirá elevado nível de expansão da produção à referida região e nada impede que o mesmo seja superior ao prevaletente no centro hegemônico. Nesse sentido, o processo de especialização ocorrido no Rio Grande do Sul beneficiou o Estado, uma vez que elevou a participação relativa da indústria de bens intermediários cujo mercado tem mantido ou até mesmo ganho posições relativas perante os mercados dos demais setores. Talvez seja esta a explicação para as elevadas taxas de expansão da indústria de transformação no Rio Grande do Sul durante a década de 70.

Cabe agora fazer algumas considerações finais. Os diferenciais de eficiência produtiva entre as regiões são justificadamente apresentados em **A produção gaúcha na economia nacional** como elementos capazes de explicar a organização do espaço econômico nacional. Efetivamente, parece acertada a tese de que, dada a concorrência intercapitalista, tais diferenciais não só viabilizam um maior potencial de acumulação para as regiões que se caracterizam por conter os capitais mais modernos em cada ramo, como também induzem a que um maior montante de excedente econômico seja aplicado nessas regiões. O trabalho discute com detalhe essa questão, originando-se daí uma forma mais elaborada de abordá-la no que, sem dúvida, reside sua contri-

buição e seu mérito. Parece, contudo, cometer dois equívocos. O primeiro é o de supor ser, na literatura econômica relativa ao Rio Grande do Sul até o presente, o único trabalho a considerar a tão básica relação social da concorrência intercapitalista e seus efeitos sobre a realidade. Uma leitura cuidadosa da **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**, por exemplo, mostra que, embora não de forma explícita, o conceito de concorrência intercapitalista não só está presente como também organicamente integrado. Aliás, embora isso nem sempre seja compreendido, o conceito de subordinação deriva não de um suposto **poder político** cuja explicação de sua origem está nele mesmo, mas da própria concorrência intercapitalista em meio a condições específicas e históricas de um padrão de acumulação. O segundo é o de justamente negar capacidade explicativa ao referido conceito de subordinação. E, ao fazê-lo, perde potencial de explicação da dinâmica econômica nacional e regional. Nacional porque, ao descartar o conceito de subordinação, se torna incapaz de explicar como os diversos setores econômicos, aparentemente desconectados, evoluem dinamicamente segundo as diversas fases do ciclo econômico. Regional porque estão as regiões sujeitas às determinações do **todo** nacional, o que significa ter seu dinamismo explicado de “fora”, limitando-se o trabalho a apontar como fatores explicativos de seu desempenho e da organização de seu espaço os diferenciais de eficiência e produtividade. É justamente essa perda de potencial de explicação que permite dizer que a **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul** abre espaço para uma explicação adicional.

Concluindo, cabe frisar que a organização do espaço nacional não deriva exclusivamente da importância da concorrência intercapitalista, quando se consideram os diferenciais regionais de eficiência produtiva. Deriva também das relações de liderança/subordinação que, na verdade, não são nada mais que outra face do mesmo processo de concorrência intercapitalista e que só podem ser perfeitamente entendidas a partir de uma visão dinâmica do padrão de acumulação nacional. Por isso o conceito de subordinação deve ser visto não como um mero viés ideológico de racionalização do pensar dos ineficientes, mas como um elemento capaz de contribuir significativamente para o entendimento da questão da organização do espaço econômico nacional e de seus componentes, as economias regionais.

O Problema da Subordinação: Notas para o Debate

Além de uma fina e apurada análise da indústria do Rio Grande do Sul, o trabalho **A produção gaúcha na economia nacional** constitui-se num verdadeiro grito de alerta para todos aqueles que, de uma ou outra forma, se envolvem com a problemática da economia local. Partindo da constatação da existência de uma espécie de **complexo de periferia** dos intelectuais regionais, o referido estudo adverte para “não nos tornarmos presa fácil de discursos ideológicos que, sem entender corretamente a questão [a problemática regional], posicionam-se unilateralmente na

defesa de segmentos ineficientes da economia local”⁷ Na verdade, mais do que isso, frisa que “devemos evitar (o grifo é nosso) os posicionamentos tidos como de ‘oposição’ que, por ingenuidade e por uma visão deformada a respeito da lógica capitalista, fazem eco a esses discursos”⁸.

O motivo de tão severa advertência é o de que as interpretações até então realizadas, ao não perceberem adequadamente as “chamadas leis gerais” (sic!) que regulam o funcionamento de uma economia capitalista, tomariam a nuvem por Juno. Ou seja, onde viam problemas de **subordinação** do parque produtivo gaúcho à dinâmica imposta pelo centro hegemônico da acumulação nacional, deveriam ver, simplesmente, o resultado do império das leis da concorrência que se “aos fracos abate; aos fortes, aos bravos só pode exaltar”. Isso porque a verdadeira questão é a de “identificar as posições na hierarquia de eficiência econômica que ocupam as unidades de capital do Rio Grande do Sul em cada ramo produtivo”⁹.

Dessa forma, somos tentados a concluir que devemos posicionar-nos ao lado dos segmentos (leia-se capitais) mais eficientes para não correremos o risco de sermos seduzidos pelo canto de uma aturdida sereia “supostamente oposicionista” enganada pela sua própria compreensão deformada da lógica capitalista. Enfim, “ao vencedor as batatas”, ou melhor, o mercado.

Parece, entretanto, que os autores de **A produção gaúcha na economia nacional** não interpretam adequadamente alguns dos conceitos utilizados em análises anteriores. É oportuno, pois, que se retomem alguns pontos dessas análises para que se tenha um avanço na discussão do tema regional. Entre esses pontos, sobressai a questão da subordinação que parece ser o alvo preferencial dos autores do referido trabalho. Isso não quer dizer, todavia, que possa o leitor de **A produção gaúcha na economia nacional** encontrar aí explicitado o significado atribuído ao conceito de subordinação, ou sequer as conseqüências teóricas de sua utilização. Na verdade, as restrições são feitas pelo simples fato de seus autores prescindirem de seu uso para afirmarem o caráter desigual do desenvolvimento capitalista.¹⁰ Assim, fica difícil precisar como esse conceito deságua no ideário retrógrado dos **grupos regionais ineficientes**, motivo de tanta preocupação dos analistas em pauta.

Mesmo tendo em conta essa dificuldade, parece oportuno fazermos algumas considerações sobre o significado e o estatuto teórico do termo **subordinação** adotado na **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**, volume 4 da

⁷ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, op. cit., nota 2, t. 1, p. 28.

⁸ Ibidem, p. 28.

⁹ Ibidem, p. 11.

¹⁰ Conforme, por exemplo: “Aqui novamente prescindimos de qualquer relação de subordinação entre setores para explicar seus crescimentos diferenciados.” Ibidem, p. 29.

série **25 anos de economia gaúcha**, onde, ao menos no nosso conhecimento, se utiliza pela primeira vez tal denominação.¹¹

Desde logo, parece não ser ocioso enfatizar que subordinação pressupõe a existência de relação. No caso, esta se traduz numa relação entre o **todo** (a economia do Estado-Nação) e a **parte** (a economia regional). Afirmar que a **parte** é subordinada ao **todo** não implica, todavia, que se possa depreender que aquela mantenha uma atitude passiva perante este. O que se está sugerindo é que a forma de articulação e de interação entre essas duas instâncias se processa de tal maneira que o **ritmo** de desenvolvimento da economia regional (a parte) fica condicionado ao **ritmo** da economia nacional (o todo). E mais, implica, por decorrência, afirmar a existência de um centro hegemônico (não confundir com autônomo) que apresenta condições de influir (pelo menos no espaço circunscrito da economia nacional) decisivamente na sorte do todo.

Isso nada tem a ver com uma suposta eficácia política do chamado “centro hegemônico nacional”¹², como parecem entender os autores da análise da concorrência, ou com um eventual “complexo periférico”. Tem a ver, isso sim, com a própria lógica contraditória da acumulação de capital que se consubstancia no desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Assim sendo, existe uma interação entre o espaço econômico hegemônico e o subordinado no sentido de aquele impor a este o critério de suas necessidades — como a adoção de determinadas técnicas, etc. —, enquanto o último responde exercendo pressão antagônica no sentido de alcançar uma posição mais vantajosa na apropriação do excedente gerado.

De outro lado, deve-se ter presente que a subordinação não tem uma conotação a-histórica, mas, ao contrário, refere-se a um período temporal específico, resultante das condições objetivas e concretas do traço de desenvolvimento estadual e nacional. Portanto, é da herança histórica, do tipo de conformação produtiva do Rio Grande do Sul “vis-à-vis” à do Brasil (que não cabe aqui discutir), que advém a possibilidade de que a sua inserção na divisão inter-regional do trabalho, a partir da década de 50, se processe de forma subordinada.

É, pois, desprovida de senso a constatação que fazem os autores do trabalho aqui focalizado de que, no período pré-integração, é “impróprio buscarmos... qualquer tipo de relação de subordinação entre regiões, uma vez que o cenário era de uma justaposição de economias locais fundamentalmente fechadas para o intercâmbio nacional”¹³. Aliás, seria mesmo muito curioso que dois espaços que não estabeleciam qualquer relação entre si pudessem manter alguma condição de subordinação.

¹¹ EINLOFT, Claudio. Ainda a questão regional. *O Informativo do Economista*, Porto Alegre, (72), nov. 1982.

¹² *Ibidem*, p. 7.

¹³ *Ibidem*, p. 13.

O que a **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul** procura demonstrar é que, tendo em vista as características da estrutura produtiva do Estado e o tipo de dinâmica que se estabeleceu na economia brasileira a partir da segunda metade da década de 50, o parque fabril gaúcho teve nítidas desvantagens em relação a Região Sudeste, uma vez configurada a divisão inter-regional do trabalho. Não se trata, pois, de discutir as causas que levaram o departamento produtor de bens duráveis a se implantar na Região Sudeste. Trata-se de mostrar como, a partir de então, se adicionaram dificuldades à acumulação de capital local.

Mesmo com o risco de sermos repetitivos, podemos apontar, sucintamente, alguns fatos que viriam imprimir um dinamismo diferenciado à Região Sudeste. Primeiramente, tem-se a implantação de um departamento produtor de bens duráveis que significou um estímulo enorme ao crescimento do departamento produtor de meios de produção já existente na região. Isso, associado às facilidades de entrada de capital externo, abriu uma ampla possibilidade de introdução de inovações tecnológicas. Aprofundou-se assim, sobremaneira, a submissão do trabalho ao capital, criando-se, portanto, um maior potencial de extração de excedente nessa região. Por outro lado, os ramos industriais que se desenvolveram no centro do País tinham, pelas características próprias desse tipo de atividade, uma composição orgânica do capital mais elevada. Logo, na dinâmica da acumulação do capital total, esses capitais se beneficiam de uma substancial transferência de valor. Aqui cabe abrir um parêntese para registrar que essa observação se aplica à concorrência dos capitais (inter-ramos) e não à concorrência dos produtores (intra-ramos), à qual também se refere o estudo **A produção gaúcha na economia nacional**. No segundo caso, trata-se, tão-somente, de um movimento na busca de fixação de um **tempo de trabalho social médio** para a produção de um determinado valor de uso pelas firmas que o produzem: “No interior de uma esfera (ramo) a concorrência é capaz inicialmente de estabelecer, a partir dos diversos valores individuais das mercadorias, um valor e um preço de mercado. Mas é somente a concorrência dos capitais entre as diferentes esferas (ramos) que está na origem do preço de produção, equilibrando as taxas de lucro entre as esferas (ramos)”.¹⁴ É a pretensão dos capitais de participarem, proporcionalmente às suas grandezas, na massa de excedente criada que faz com que haja uma tendência à formação de uma taxa média de lucro. A concorrência entre os produtores faz, unicamente, com que aqueles que operam em condições mais favoráveis — com valor individual abaixo do valor de mercado — realizem uma mais-valia extra ou um sobrelucro, enquanto que aqueles que o fazem em condições mais desfavoráveis, deixem de realizar uma parte da mais-valia contida nas suas mercadorias. Fica, pois, obscuro o sentido de transferência de valor a que aludem os autores do estudo aqui discutido, quando se referem à concorrência intra-ramo:

¹⁴ MARX, Karl. *Capital*. [s.l.], Sociales, [s. d.], livro III, t. 6, p. 170.

“Essa transferência de valor se dá entre os diferentes capitais no interior de um mesmo setor produtivo. Capitais heterogêneos, confeccionando o mesmo tipo de valor de uso a partir de bases técnicas distintas, produzem com valores unitários diferentes. A oferta total nessa indústria resulta do uso de métodos e técnicas diferenciadas, ou seja, capitais em desigualdade de condições concorrem em um mesmo mercado, de cuja interação surge um preço homogêneo. Os capitais mais modernos produzem a baixo custo e se beneficiam do preço médio resultante, **canalizando para si parcela do valor produzido nos seus concorrentes menos eficientes para os quais o preço de mercado não é tão remunerador.**”¹⁵ (o grifo é nosso).

Portanto, mesmo aceitando a observação dos autores de que “Frente à abrangência teórica desta proposta de trabalho, certamente não haverá correspondência na base empírica para que se ‘provem’ todas as conclusões a que chegar este trabalho”¹⁶, entende-se que não seria pedir demais que, ao menos, fosse oferecida alguma **razão teórica** dos mecanismos que possibilitam tal transferência.

Paralelamente às características e conseqüências do processo de industrialização anteriormente apontadas, o aprofundamento da concentração da renda com o violento achatamento dos salários de base ocorrido na época do chamado “milagre brasileiro” significou uma enorme restrição de demanda para as indústrias produtivas de bens de salário. É claro que essa restrição colocou-se indistintamente para todas as empresas que produziam esse tipo de bens. Ocorre, porém, que naquele momento esse era o tipo de produção predominante no Rio Grande do Sul.

Além das razões apontadas anteriormente, e enlaçando todas elas, há que ser considerada a questão do Estado. Esse é, sem dúvida, um ponto que, pela sua importância e complexidade, merece alguma atenção para que não dê margem a possíveis equívocos.

Em contraposição a uma visão meramente funcionalista do Estado, percebida em várias análises econômicas, tornou-se freqüente um tipo de enfoque analítico que se coloca no extremo oposto. Segundo esse enfoque, o Estado é um mero reflexo da base estrutural, sem qualquer possibilidade de mediação entre infra e superestrutura. Esvazia-se, assim, qualquer peso e significância que a ação estatal possa ter para o entendimento do desenvolvimento econômico. Vale dizer, a política econômica deixa de ser um elemento constitutivo da análise para ser um apêndice passível de considerações sobre acertos ou equívocos da ação governamental. Ora, conceber o Estado como a “personificação ideal do capital total” não autoriza que se desconheça, ou relegue a um plano secundário, a importância de sua atuação na consolidação e nos rumos tomados por uma determinada formação social. É fora de dúvida que o Estado não pode criar ou alterar as leis gerais da acumulação, mas é também

¹⁵ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, op. cit., nota 2, p. 25.

¹⁶ Ibidem, p. 13.

fora de dúvida que o capital não pode prescindir de seu concurso. Isso porque o capital

“... é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações; precisa de uma instituição independente, baseada nele próprio, mas que não esteja sujeita a suas limitações, cujas ações não sejam determinadas, portanto, pela necessidade de produzir (sua própria) mais-valia. Essa instituição independente, ao lado, mas fora da sociedade burguesa, pode baseada simplesmente no capital, satisfazer às necessidades imanentes negligenciadas pelo capital. O Estado não deve ser visto, portanto, nem como um simples instrumento, nem como instituição que substitui o capital. Só pode ser considerado uma forma especial de preservação da existência social do capital ao lado, mas fora da concorrência”¹⁷

Em outras palavras, se é verdade que o Estado não é neutro — sendo, por conseguinte, passível de ser utilizado por esta ou aquela classe ou segmento de classe — nem onipotente, não é menos verdade que a sua ação é decisiva para levar adiante o processo de acumulação.

O que vem de ser dito evidencia-se muito mais quando se trata de analisar países que se situam na área de abrangência do chamado subdesenvolvimento. Nesses casos, em virtude da escassez relativa do excedente social disponível, fruto do próprio processo histórico de desenvolvimento, o Estado coloca-se como fundamental para a valorização do capital. É desse aspecto que decorre o caráter da intervenção do Estado na área econômica, centralizando e distribuindo parcela do excedente produzido, de forma a assegurar o prosseguimento da reprodução ampliada do capital. Resulta que, para tanto, é necessário que nesse movimento alguns segmentos do capital sejam beneficiados, ao mesmo tempo em que outros são penalizados.

É dentro desse contexto, sumariamente esboçado, que se reivindica o papel do Estado como variável explicativa relevante para o entendimento do padrão de acumulação que se estabeleceu na economia brasileira a partir dos anos 50. Papel que se reforça, quer pela magnitude da participação do Estado no setor produtivo, quer pela crescente centralização de poderes nas mãos do Governo Federal.

O que deve ficar claro é que a política econômica implementada pelo Governo Federal não buscou privilegiar a Região Sudeste em prejuízo da Região Sul e particularmente do Rio Grande do Sul. O que ocorreu é que essa política, para apoiar o prosseguimento do estilo de crescimento econômico em curso na economia brasileira e, portanto, estar em consonância com o padrão de acumulação vigente, operou discriminadamente em relação aos próprios segmentos do capital. O problema é que algumas regiões são o “locus” onde esses segmentos se acham mais ou menos representados. Ou seja, somente se todas as regiões tivessem a **mesma estru-**

¹⁷ ALTVATER, E. Zu einigem problemem des staatsinterventionismes, apud MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, [s. d.].

tura de produção é que se poderia pretender — como parece ser o caso dos autores da **A produção gaúcha na economia nacional** — que a política econômica incidisse de forma espacialmente neutra. Como, evidentemente, essa não é a realidade, fica fácil compreender os estímulos diferenciados que representa, por exemplo, uma política cambial ou de subsídios agrícolas para uma ou outra região. ``

Contrariando, pois, o “liberalismo econômico” subjacente na **A produção gaúcha na economia nacional**, fica claro que a possibilidade de frações do capital colocarem seus interesses colocados de forma mais consistente na ação do aparelho de Estado se reflete em benefícios altamente significativos para as mesmas. De outra forma, seria difícil entender a luta acirrada que travam esses segmentos para alcançar algum poder de influência nas decisões do Estado. Enfim, desconhecer o papel do Estado na história do capitalismo afigura-se como o próprio desconhecimento dessa história.

Em síntese, são esses os argumentos, derivados do próprio caráter desigual do desenvolvimento capitalista, que levam à afirmação de uma hierarquização dinâmica, posto que transitória, das necessidades dos capitais. Fruto do conflito entre os capitais, essa hierarquização se traduz na combinação de segmentos produtivos hegemônicos e subordinados no processo de reprodução ampliada do capital. Como é muito bem explicado no volume 3 da série **25 anos de economia gaúcha**,

“... essas combinações não se fazem no vazio, sendo de fato discriminadas pelo padrão de acumulação nacional que funciona ou emerge como uma ligação das relações. O padrão, ao se constituir, torna-se o definidor do nível e da qualidade das relações econômicas, já que determina, por um tempo, a produção e a circulação das mercadorias no movimento de desenvolvimento e expansão do capital”.¹⁸

Evidencia-se dessa forma que a relação de subordinação da economia rio-grandense às necessidades do pólo hegemônico da acumulação nacional refere-se à especificidade econômica de um determinado momento histórico que a dinâmica contraditória dos capitais tende a superar.¹⁹

¹⁸ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *A agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1978. p. 8 (25 Anos de Economia Gaúcha, 3).

¹⁹ “A parte, portanto, só se revela no que ela realmente é, quando inscrita na totalidade a que pertence. Nesse sentido, Lukács afirma também que ‘a distinção real das etapas da evolução histórica exprime-se de maneira muito menos clara e unívoca nas mudanças a que estão sujeitos os elementos parciais isolados do que nas mudanças da sua função (grifo do autor) no processo de conjunto da história, das suas relações com o conjunto da sociedade’. Então a transformação da parte torna-se menos visível em si mesma do que a transformação de suas relações com o todo. Assim, se a relação com o todo se transforma, quer dizer que a parte se transformou”. TARGA, L.R.P. *Ensaio sobre a totalidade econômica*. Porto Alegre, FEE, 1982. p. 22.

Aliás, esta citação serve para, mais uma vez, esclarecer o significado de “função” tal como é utilizado na análise da série **25 anos de economia gaúcha**.

É esse o sentido que a série **25 anos de economia gaúcha** pretendeu dar ao conceito de subordinação, e é sobre ele que se espera que a crítica ocorra.

À guisa de conclusão, gostaríamos de fazer três breves comentários. O primeiro prende-se ao fato de ser no mínimo estranho que um trabalho como o da **A produção gaúcha na economia nacional** — que não atribui nenhuma importância às características da indústria presente na economia, atendo-se somente à eficiência produtiva dos capitais individuais — tenha como uma das conclusões explicativas para o crescimento desigual das regiões “a maior ou a menor aptidão das diversas regiões em atrair fatias substanciais dessas indústrias mais dinâmicas, . . .”²⁰

O segundo comentário é no sentido de chamar a atenção de seus autores de que é a subordinação, tão veementemente por eles negada, que faz com que a proposta de política industrial de estímulo ao carvão gaúcho, colocada ao final do trabalho, não tenha ressonância com a realidade.²¹ Efetivamente, como o governo estadual não tem nenhum controle sobre a política energética e, por outro lado, como o plano de substituição do petróleo está voltado para o álcool, o carvão rio-grandense não tem a mínima chance de se viabilizar economicamente. Basta ver as recentes taxas de crescimento de sua produção.

Finalmente, parece ser oportuno alertar que as análises sobre a economia do Rio Grande do Sul precedentes à que estamos focalizando não desconhecem, necessariamente, a concentração e a centralização como dois fenômenos embutidos na própria lógica da acumulação. Simplesmente o conhecimento prévio desses dois movimentos do capital não foi suficiente para eximir seus autores de procurarem entender as especificidades e as conseqüências que tal lógica assumiu na economia regional. Talvez a explicação para que assumissem tal postura se encontre na ausência de uma fé cega na teoria smithiana de uma “mão invisível” que, no fim das contas, levaria os interesses de todos a uma plena harmonia.

²⁰ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, op. cit., nota 2, p. 393.

²¹ “Para finalizar, deve ser mais ativamente estimulada a maior utilização do carvão mineral com fins energéticos, aproveitando-se as condições oportunas derivadas da conjuntura, que favorecem a substituição de energéticos importados por outros de produção nacional.” FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, op. cit., nota 2, t. 2, p. 397.